

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Notícias recentes dão conta do encerramento do Centro Social Paroquial de Miragaia, uma importante instituição social da cidade do Porto, com 25 trabalhadores, localizada numa zona da cidade especialmente carenciada da cidade, e que assegura um conjunto de respostas sociais, creche, pré-escolar, ocupação de tempos livres, centro de dia, apoio domiciliário, entre outros, servindo cerca de 200 utentes, incluindo crianças e idosos.

Ainda de acordo com as notícias sobre esta matéria, a decisão de encerramento foi tomada em conjunto pela Comissão Administrativa do Centro Social, pela Segurança Social, pela Autoridade para as Condições do Trabalho e pelo Bispo do Porto, sendo que, esta mesma notícia, faz referência a receios sentidos pela população e trabalhadores de que ali nasça uma unidade hoteleira.

O encerramento deste equipamento social, além do prejuízo que trará para os seus trabalhadores (que têm já salários e subsídios em atraso e que, de acordo com informações transmitidas ao Grupo Parlamentar do PCP, podem não receber as indemnizações por falta de condições da instituição para o seu pagamento), traduzir-se-á também num prejuízo para a população local, designadamente as crianças e idosos que encontravam uma resposta neste equipamento social, mas também as famílias mais carenciadas que aqui recorriam para outro tipo de apoios sociais.

Chegou também ao conhecimento do Grupo Parlamentar do PCP que tem sido feito um ataque às trabalhadoras do Centro Social de Miragaia, designadamente às que aceitaram as condições indemnizatórias para o seu despedimento, "responsabilizando-as" pelo encerramento da própria instituição – a confirmar-se esta situação, o PCP entende que é inaceitável que tal tratamento esteja a ser feito a estas trabalhadoras que têm mesmo continuado a trabalhar mesmo com salários e subsídios em atraso.

Acresce o facto de, de acordo com informação dada ao Grupo Parlamentar do PCP, as dificuldades financeiras da instituição terem sido apresentadas como "motivo" para o

encerramento.

O PCP tem profundas preocupações com as consequências que resultarão deste encerramento, designadamente para a população e para as trabalhadoras da instituição.

Assim, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, solicitamos ao Governo que, por intermédio do Ministério do Trabalho, Segurança e Solidariedade Social, preste os seguintes esclarecimentos:

1. Tem o Governo conhecimento da situação descrita?
2. Que análise faz da mesma?
3. Confirma o Governo que a decisão de encerramento deste equipamento social teve consulta e anuência da Segurança Social?
4. Qual o envolvimento da ACT neste processo, tanto no que se refere a ações inspetivas, como na "participação" que parece ter tido no encerramento da instituição?
5. Que informações tem o Governo sobre o processo de encerramento deste equipamento social, designadamente no que se refere ao tratamento dado às trabalhadoras?
6. Quais os apoios garantidos pela Segurança Social a este equipamento social?
7. Pretende o Governo tomar medidas para travar o encerramento deste equipamento social? Se sim, que ações desenvolverá? Se não, como garantirá a resposta social à população que a perderá com o encerramento do Centro Social Paroquial de Miragaia?
8. Que medidas vai o Governo tomar para garantir o cumprimento de todos os direitos laborais das trabalhadoras desta instituição?
9. Qual o conhecimento que o Governo tem da possibilidade do "nascimento" de uma unidade hoteleira no local?

Palácio de São Bento, terça-feira, 6 de Junho de 2017

Deputado(a)s

DIANA FERREIRA(PCP)

ANA VIRGÍNIA PEREIRA(PCP)

JORGE MACHADO(PCP)